

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.795.479 - DF  
(2019/0039548-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE** : **AMATI KUDO**  
**EMBARGANTE** : **HIDEMI KUDO**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO GUIMARAES FRANCISCO E OUTRO(S) - DF030029**  
AYUMI VIDIGAL - DF042182  
**EMBARGADO** : **VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**  
**ADVOGADOS** : **CLAUDIA LOPES FONSECA - SP151683**  
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS E OUTRO(S) - DF029241  
**EMBARGADO** : **NOBOSHIGUE KUDO**  
**EMBARGADO** : **TIMAKAZU KUDO**  
**EMBARGADO** : **SAYURI FERREIRA KUDO**  
**EMBARGADO** : **SUELEM ISUMY FERREIRA KUDO**  
**EMBARGADO** : **SHIGEMI KUDO DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **TEREZY FLEURI DE GODOI - DF002081**  
**EMBARGADO** : **YASUMASA KUDO**  
**ADVOGADO** : **ADRIANA ALBUQUERQUE DOMINGOS - DF020810**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃOS PARADIGMAS E EMBARGADO. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação declaratória de nulidade de negócio jurídico cumulada com compensação de danos morais.
2. Os embargos não podem ser conhecidos pela divergência se o embargante não providencia o devido cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas, nos termos do disposto no artigo 266, § 4º, do RISTJ.
3. Embargos de divergência indeferidos liminarmente, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de divergência opostos por AMATI KUDO e HIDEMI KUDO contra acórdão proferido pela 4ª Turma do STJ.

**Ação:** declaratória de nulidade de negócio jurídico cumulada com compensação de danos morais, ajuizada pelos embargantes, em desfavor de VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e OUTROS.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pelos embargantes e negou provimento à apelação adesiva interposta pela VOTORANTIM CIMENTOS S.A..

**Recurso especial:** foi interposto por YASUMA KUDO e OUTROS (embargados), com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Ademais, foi interposto por VOTORANTIM CIMENTOS S.A., com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Juízo de admissibilidade:** admitiu os recursos especiais interpostos pelos embargados.

**Decisão monocrática:** deu provimento ao recurso especial interposto por NOBOSHIGUE KUDO e OUTROS (embargados) e também ao recurso especial interposto por VOTORANTIM CIMENTOS S.A., a fim de fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo interno interposto pelos embargantes, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA.

1. No julgamento do REsp nº 1746072, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com a legislação de regência, confirmou o entendimento de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

2. Agravo interno desprovido (e-STJ fl. 1.024).

**Embargos de divergência:** apontam dissonância entre o posicionamento adotado pela 4ª Turma do STJ e o entendimento adotado no AgInt no AREsp 1.052.616/SP, 2ª Turma, DJe 14/06/2019; no EDcl no AREsp 737.982/DF, 3ª Turma, DJe 04/09/2017; e no REsp 1.795.767/PE, 2ª Turma, DJe 28/05/2019. Sustentam que, pelo fato de não ter havido realização de perícia para averiguar o valor econômico dos imóveis que se pretendia inventariar, deve-se

considerar que o proveito econômico da causa possui valor inestimável, de modo a autorizar a aplicação do § 8º do art. 85 do CPC/2015 (arbitramento por equidade da verba honorária).

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: CPC/2015**

Inicialmente, constata-se que o acórdão embargado é contrastado com paradigmas advindos da 2ª e 3ª Turmas deste STJ. Há, portanto, superposição de competências entre a 2ª Seção e a Corte Especial razão pela qual faz-se mister que esta se pronuncie em primeiro lugar, conforme jurisprudência deste Tribunal (EREsp 223.796/DF, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, Rel. p/ Acórdão Min. Fernando Gonçalves, DJ de 15/12/2003).

Passo, assim, à análise da divergência suscitada tão-somente em face dos acórdãos provenientes da 2ª Turma desta Corte Superior, reservando o paradigma da 3ª Turmas para posterior apreciação da 2ª Seção.

**- Da divergência jurisprudencial**

A divergência indicada na via excepcional dos embargos deve ser comprovada mencionando-se, de forma clara e precisa, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem as hipóteses confrontadas, sendo, portanto, de se exigir a realização do devido cotejo analítico. Só assim os embargos podem cumprir a sua função precípua de solucionar controvérsias estritamente jurídicas sobre as quais diverjam duas ou mais Turmas deste Tribunal (AgInt nos EAREsp 862.496/MG, Corte Especial, DJe de 30/11/2016).

De fato, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria, de confronto entre o acórdão recorrido e trechos das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que não se satisfaz com a simples

transcrição de ementas (AgInt nos EREsp 1.377.705/SP, 2ª Seção, DJe de 19/09/2016; e AgInt nos EAREsp 740.220/SP, Corte Especial, DJe de 21/09/2016).

No particular, todavia, verifica-se que os embargantes não procederam ao cotejo analítico entre o acórdão embargado e os paradigmas apontados (AgInt no AREsp 1.052.616/SP e REsp 1.795.767/PE), o que evidencia, *prima facie*, a inadmissibilidade dos presentes embargos de divergência.

Forte nessas razões, INDEFIRO LIMINARMENTE os embargos de divergência, com amparo no art. 266-C do RISTJ.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte embargada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa (e-STJ fls. 971 e 977) para 12% (doze por cento) do valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Após o transcurso do prazo recursal, os autos devem ser remetidos para a redistribuição dos presentes embargos de divergência a um dos eminentes Ministros que compõem a 2ª Seção, a fim de que seja analisado o recurso sob a luz do paradigma restante.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora